Infraestrutura Licença para escoar a energia do Madeira deve sair até abril

"Linhões" de transmissão ganham prioridade no Ibama

André Borges

De Brasília

Os dois maiores empreendimentos de linhas de transmissão de energia em construção no país estão prestes a receber suas licenças ambientais de operação, autorização que é concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e que permitirá o início efetivo de funcionamento dessas redes. Até junho, o Ibama vai liberar a licença do chamado "linhão do Madeira", malha de quase 2.400 quilômetros que liga as usinas de Santo Antônio e Jirau, na cidade de Porto Velho (RO), até Araraquara, no interior de São Paulo.

A malha dupla do linhão do Madeira tem orçamento de R\$ 3,2 bilhões. Se os estudos ambientais apresentados pelo consórcio IE-Madeira — que trabalha na conclusão de um dos dois linhões — estiverem de acordo com as exigências ambientais, há possibilidade de esse prazo ser até encurtado para meados de março.

O segundo empreendimento que receberá licença de operação neste semestre é a linha de Tucuruí/Macapá/Manaus, de aproximadamente 1.800 km de extensão. O projeto tocado pela Eletrobras também está em fase de conclusão e, assim que for acionado, fará a integração dos Estados do Amazonas, Amapá e do Oeste do Pará ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o qual faz a distribuição nacional de energia. Construído também em circuito duplo, o linhão tem investimentos previstos de R\$ 2 bilhões.

Os prazos para liberar a operação dos projetos foram confirmados pelo coordenador-geral de infraestrutura de energia elétrica do Ibama, Thomaz Miazaki de Toledo. "Esses dois linhões estão entre as nossas prioridades neste início do ano. Trabalhamos para que os dois projetos recebam a licença de operação neste semestre", disse ao Valor.

Atrasado, o linhão do Madeira que foi leiloado em novembro de 2008, tinha previsão original de ser energizado até fevereiro de 2012. A situação é a mesma da li-Tucuruí/Macapá/Manaus, que foi a leilão em março de 2008 e tinha cronograma de operação previsto para o ano passado.

O Ibama, que é frequentemen-



Ibama autorizou em 2012 o licenciamento de 4,2 mil km de linhas de transmissão, 1,7 mil dos quais em licenças de operação

te acusado de retardar a emissão de licenças ambientais e, com isso, atrasar os projetos, rebate as críticas e justifica que, na maior parte dos casos, a demora na liberação de licenças é consequência direta da baixa qualidade dos estudos apresentados pelas empresas (ver texto anexo). Isso não significa, porém, que seja desnecessário fazer aprimoramentos nas regras de licenciamento, disse Toledo. "Claro que há espaço para melhorias. Estamos trabalhando em uma série de instruções normativas para este ano que vão acelerar os processos."

Uma das principais mudanças desenhadas pelo Ibama, e que deve entrar em vigor este ano, prevê o uso da internet para realização de consultas públicas. A proposta é que, nos casos de projetos que tenham baixo impacto ambiental — como a instalação de um trecho de algumas dezenas de quilômetros de linha de transmissão —, seja realizada apenas uma "consulta pública virtual", onde o cidadão possa tirar suas dúvidas e fazer sugestões.

Pelas regras atuais — que estão em vigor desde 1987 — é preciso que o Ibama, após a publicação do estudo de impacto ambiental (EIA/Rima), abra prazo de dois meses para a marcação de audiências presenciais e, só depois disso, colha as colaborações para concluir seu parecer técnico. "Tudo isso demanda muito tempo. Para empreendimentos mais complexos, é claro que esse é o caminho correto, mas há muitos projetos pequenos em que isso não se justifica", disse Toledo.

Outra portaria a ser publicada pelo instituto ambiental tem como alvo o licenciamento de usinas térmicas, além de ações ligadas a área nuclear, como o transporte e o enriquecimento de urânio. Hoje, 100% dos projetos de térmicas têm que se apresentar EIA/Rima para obter licenciamento, um estudo caro e complexo, que demanda tempo para ser concluído e analisado. Uma nova instrução normativa vai permitir que esses empreendimentos apresentem estudos mais enxutos — como o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) como pré-condição de licenciamento, regra que hoje já é aplicada para as linhas de transmis

Em 2012, o Ibama emitiu um total de 367 licenças ligadas ao setor de energia, petróleo e gás. Essas autorizações são divididas em três etapas: licença prévia (LP), que sinaliza a viabilidade ambiental do empreendimento; licença de instalação (LI), que permite o início de construção da obra após atendidas as condicionantes socioambientais previstas na autorização prévia; e licença de operação (LO), que finalmente libera o funcionamento daquele empreendimento.

Ao longo do ano passado, o Ibama autorizou a operação de hidrelétricas que somam 4.135 megawatts (MW) de potência instalada, com destaque para as usinas de Jirau, em Porto Velho, e Simplício, na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro.

Na área de transmissão, o licenciamento das linhas somou 4,2 mil km de extensão total, dos quais 1,7 mil km referem-se a licenças de operação. O maior trecho liberado em 2012 — com licença de instalação — foi a linha de 1 mil km que liga Jauru, no

Mato Grosso, até Porto Velho. Em 2013, disse Thomaz Miazaki de Toledo, a tendência é de que se os licenciamentos do setor de energia se acentuem ainda mais na área de transmissão. Há pelo enos 1,2 mil km de linhas já tiveram suas instalações liberadas e que poderão requerer autorização para entrar em operação. "A transmissão deverá concentrar a maior parte dos empreendimentos que teremos para analisar. Em geração de energia, a maioria das licenças estará atrelada a renovações."

de Liquidação das Diferenças

(PLD), ou o valor da energia no

mercado disponível, também

disparasse para R\$ 554,82 por

MWh no Sul e Sudeste, acumu-

lando na semana um alta de 62%.

dor de crise [de abastecimento]",

afirmou Paulo Mayon, da co-

mercializadora de energia Com-

pass. Segundo ele, em janeiro

2008, o país enfrentava proble-

mas com fornecimento de gás

natural da Bolívia, que não ocor-

"Este é certamente um indica-

Sinal verde

Licenças ambientais do Ibama para o setor de energia em 2012

Usina hidrelétrica		Linha de transmissão	
Licença de Operação:		Licença Prévia da linha:	
de Jirau	3750 MW	Luiz Gonzaga/Garanhuns/Pau Ferro	628 km
de Batalha	52 MW	Santo Santiago/Itá/Nova Santa Rita	492 km
de Simplício	333 MW	Brasil/Uruguai	63 km
		Serra da Mesa/Niquelândia	100 km
		Licença de instalação do:	
Usina termelétrica	ı	Lote F do Madeira	100 km
Licença de Operação:		Lote G do Linhão do Madeira	100 km
de Porto do Itaqui	360 MW	Licença de instalação da linha:	
de Uruguaiana	600 MW	Jauru/Porto Velho	1.000 km
(Gás Natural		Joinville Norte/Curitiba	100 km
da Argentina)		Licença de operação da linha:	
		Paulo Afonso/Bom Nome/Milagres	515 km
		Cuiabá/Ribeirãozinho/Rio Verde	606 km
Usina eólica		Chapadão do Sul/Jataí	128 km
Licença Prévia do parque eólico	238 MW	Simplício/Rocha Leão	120 km
		Autorização para operação da linha	
Coxilha Negra		Porto Velho/Rio Branco	484 km

Para instituto, qualidade do projeto define prazo

O licenciamento ambiental costuma ser responsabilizado por boa parte dos atrasos que contaminam os projetos de energia. A demora na liberação de licenças pelo Ibama seria um dos motivos que levaram ao atraso, por exemplo, da construção das linhas de transmissão na Bahia, onde dezenas de parques eólicos já estão recebendo centenas de milhões de reais do governo porque seus empreendedores concluíram os projetos no prazo acertado, mas as linhas de transmissão, de responsabilidade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), estatal do grupo Eletrobras, não ficaram prontas no prazo.

O problema, no entanto, não está no licenciamento ambiental, afirma o coordenador-geral de infraestrutura de energia elétrica do Ibama, Thomaz Miazaki de Toledo, que se apoia em exemplos de projetos de transmissão que tiveram estudos ambientais de boa e de má qualidade.

A linha que liga as cidades de Santiago (PR), Ita (SC) e Nova Santa Rita (RS) teve seu estudo de impacto ambiental apresentado ao Ibama no dia 11 de setembro de 2012. No dia seguinte, foi dado o "aceite" do instituto para estudo (embora o prazo dado por lei para isso seja de 50 dias), com o parecer técnico conclusivo emitido em 12 de dezembro. "Isso significa que, apenas três meses depois, emitimos a licença prévia desse projeto", disse Toledo.

Situação parecida ocorreu na

linha entre Luiz Gonzaga, Garanhuns e Pau Ferro, que interliga Pernambuco, Alagoas e Paraíba. "O estudo ambiental chegou ao Ibama em 28 de junho e, no mesmo dia, teve o aceite do instituto", comentou Toledo. A licença prévia do empreendimento foi emitida em 22 de novembro, quase cinco meses após o requerimento. Por lei, o prazo de manifestação do Ibama é de nove meses.

Um destino bem mais complicado foi dado ao licenciamento da linha de transmissão de 247 km que parte de Taubaté, em São Paulo, até a cidade de Nova Iguaçu, no Rio. A apresentação do estudo ambiental, segundo Toledo, ocorreu em 11 de abril de 2012. O aceite do projeto foi dado no dia seguinte, mas até hoje a licença prévia não foi liberada porque os estudos precisam de complementações. "Temos feito um esforço interno para reduzir os prazos de análises, mas só isso não basta", disse.

Atualmente, o Ibama conta com 75 analistas ambientais em sua sede, em Brasília, para cuidar exclusivamente de licenciamentos ligados ao setor de energia, sem incluir projetos da área de petróleo.

Até 30 de novembro, o instituto havia emitido um total de 634 licenças ambientais, uma média de 26 autorizações a cada dez dias úteis. Os números de dezembro, que concentrou muitas liberações, ainda não foram fecha dos. Durante todo o ano de 2011, foram dadas 624 licenças. Em 2010, o Ibama fechou o ano com 473 autorizações. (AB)

Meteorologia indica que SE terá chuvas e NE, tempo seco

Rodrigo Pedroso

De São Paulo

Os reservatórios do Nordeste, que estavam com 31% da sua capacidade na última medição divulgada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), podem baixar de nível ainda mais nos próximos meses. As previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CP-TEC/Inpe) apontam para um regime de chuvas na região entre janeiro e março 40% menor do que a média histórica, que varia entre 70 mm e 100 mm no período. Em 2008, quando houve a crise energética, o índice pluviométrico do Nordeste ficou apenas um pouco menor que a média. Em janeiro daquele ano, os reservatórios estavam com 30,6% de capacidade.

Caso as chuvas continuem escassas, o ONS terá de acionar mais usinas termelétricas para garantir o abastecimento de energia, encarecendo a eletricidade de consumidores e produtores.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste, que possuem cerca de 70% de peso no parque gerador nacional, estão com previsão de um índice pluviométrico dentro da média. Entretanto, há cinco anos o regime de chuvas nas regiões ficou acima do usualmente registrado pelos órgãos meteorológicos.

Em contrapartida, a previsão para a região Sul é de chuvas acima da média, com a quantidade de chuvas aumentando em até 45% em relação à média histórica. A boa notícia, contudo, não ajuda a baratear a energia, já que o bloco representa apenas 5% do total gerado pelas hidrelétricas brasilei-

ras. O Nordeste tem fatia de 20%. "O Nordeste é quem pode trazer problemas para os reservatórios. A temperatura dos oceanos está favorecendo a falta de chuvas. Os fatores estão conjugando muito bem para a previsão, infelizmente, se concretizar", diz Luiz Cavalcanti, chefe do Centro de Análise e Previsão do Tempo (Capre) do Inmet.

Segundo o especialista em meteorologia, os reservatórios nordestinos estão com um volume muito baixo. "Conversamos com o ONS e eles estão sabendo da previsão. Me disseram que já estão ligando mais termelétricas. No Sul vai sobrar água."

No sistema Sudeste/Centro-Oeste, em janeiro de 2008, o nível médio das hidrelétricas ficou em 50,8%. No dia 3, o ONS registrou 28,8%. Em janeiro de 2001, ano em que ocorreu racionamento de energia, a média ficou em 31,4%.

Cavalcanti ressalta que o período de dezembro a fevereiro geralmente é caracterizado por ser o de maior volume de chuva durante o ano no Sudeste e no Centro-Oeste . "É mais a partir de abril que o regime fica mais instável", afirma.

O Norte também possui estimativa de chuvas dentro da média histórica. Com 5% de peso na geração nacional, a região era a que possuía o índice mais alto de reservatórios na última medição divulgada: 41,2%.

País fica mais perto de crise energética mana. Isso fez com que o Preço

Claudia Facchini

De São Paulo

A energia elétrica tende, cada vez, a ser um grande problema para o Brasil em 2013 e não mais uma solução, como desejava a presidente Dilma Rousseff, que concentrou esforços para reduzir em 20%, em média, a conta de luz dos brasileiros a partir deste ano.

A falta de chuvas nas principais bacias e a queda dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas para níveis críticos fizeram com que os custos de operação do sistema elétrico disparassem para R\$ 555 por MWh na sextafeira, aproximando-se dos patamares alcançados somente no ano de 2001 e em janeiro de 2008, períodos em que o país também atravessou uma crise na oferta de energia hidráulica.

Analistas dizem que os riscos de um racionamento, hipótese rejeitada até o momento pelo governo, aumentaram na última semana com a piora das condições climáticas. Em fevereiro de 2008, as chuvas se normalizaram e afastaram a necessidade de que o consumo fosse racionado, medida que precisou ser adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 2001.

Em relatório para investidores, os analistas do banco BTG Pactual Antonio Junqueira e Gustavo Gattass afirmam que uma eventual restrição na oferta de Térmicas a todo vapor

Geração de energia no Brasil, em mil MW médios



energia afetará o crescimento do PIB neste ano. "Os riscos [de racionamento] são maiores do que eram antes e a situação é delicada", escrevem os analistas. Mesmo que não seja necessário recorrer à contenção do consumo, considerada uma medida extrema, os analistas do BTG dizem ser provável que as térmicas fiquem ligadas por meses seguidos.

Os gastos com a queima de combustível para garantir o abastecimento energético, dizem eles, vão neutralizar uma parcela relevante do corte de 15%, aproximadamente, que deveria ser obtido com a redução dos encargos setoriais e das tarifas das usinas e linhas de transmissão antigas, cujas concessões foram renovadas em dezembro

Dessa forma, em vez de contribuir para uma desaceleração da inflação, a energia elétrica pode agravá-la. "Antes de cair, o preço da energia vai subir", previu a economista Tereza Fernandez, da MB Associados, em apresentação promovida na semana passada pela Fenabrave, entidade que reúne as concessionárias de veículos. Segundo ela, aumentos nos preços de combustíveis, carros, alimentos e passagens aéreas também podem distanciar a inflação do centro da meta a ser perseguida pelo Banco Central.

"Quanto mais crescer o PIB, mais altos serão os riscos [de racionamento] e mais cara ficará a energia em 2013", escreveram os analistas do BTG.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) elevou na sexta-feira o custo marginal de operação (CMO) do setor de R\$ 341 para R\$ 554,95 por MWh na região Sudeste para a próxima se-

rem neste momento. Em compensação, o consumo de energia elétrica pelas residências e pelo setor de serviços cresceu significativamente. Há ainda outros dois agravantes, diz Mayon. Os reservatórios na região Sudeste estão só 29% cheios, enquanto, em 2008, esse percentual era de 46%. Neste ano, não há ainda a ocorrência de um padrão climático defini-

do — La Niña ou El Niño —, o que aumenta as incertezas em relação ao comportamento das chuvas. O Brasil, afirma Mayon, poderá

recorrer a alguns planos alternativos para garantir uma maior oferta, entre eles buscar energia da Argentina, com a qual já há um intercâmbio, e da Venezuela, país com o qual foi feita uma conexão por Manaus e Boa Vista, mas que nunca foi utilizada até o momento. "São 'cavalarias' que podem ser chamadas para salvar a situação". (Colaborou Eduardo Laguna)